

Ricardo Carvalho

UBI

jr.carvalho@gmail.com

ORCID: 0000-0003-3917-5230

Maria João Silveirinha

FLUC/CIC.Digital

mjsilveirinha@sapo.pt

ORCID: 0000-0002-0702-3366

Género e receção mediática no Estado Novo

Gender and mediated reception in Estado Novo

https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_13

Resumo

Baseado em testemunhos femininos relativos ao período entre as décadas de 1940 e 1960, este texto procura dar um contributo para a compreensão da forma como a receção mediática por parte das mulheres portuguesas foi obrigada a encontrar o seu espaço de articulação com a vida quotidiana no interior do contexto constrangedor e da cultura patriarcal no Portugal do Estado Novo, nos termos da sua hegemonia moral e das rígidas fronteiras que impunha aos papéis de género. Através de entrevistas biográficas com mulheres nascidas nas primeiras décadas do regime salazarista, abordamos alguns modos de receção da rádio e da televisão na medida em que eles configuravam uma adaptação dos então ‘novos media’ a regimes censórios profundamente interiorizados no que respeita a comportamentos e relações de género.

Palavras-chave: rádio, televisão, receção; género; Estado Novo.

Abstract

Based on women’s memories about the 1940’s, 50’s and 60’s, this text seeks to understand the ways media reception was forced to find a place of articulation with everyday life within the constraining context of the period’s patriarchal culture, under its moral hegemony and the rigid boundaries it imposed on the gender roles. Taking biographical interviews with women born in the first decades of the Estado Novo, we approach some modes of reception of radio and television as they configured an adaptation of the then ‘new media’ to deeply internalized censorship regimes in relation to behaviors and gender relations.

Keywords: radio, television, reception, gender, Estado Novo

Introdução

A censura sobre os *media* durante o Estado Novo tem sido objeto de importantes abordagens que analisam os conteúdos proibidos (Príncipe, 1994; Torgal, 2009), recorrem a testemunhos de jornalistas (Correia & Baptista, 2010) ou evidenciam mecanismos de coação e de redução dos discursos mediáticos à ideologia oficial (Cádi-
ma, 1995; Azevedo, 1999; Cabrera, 2013). Mas estes estudos deixam de parte, com pequenas exceções (Santos, 2005), a receção e as suas práticas no contexto da censura salazarista.

Numa leitura feminista da história dos *media*, a questão que se coloca é saber como estes se enquadravam na vida das cidadãs de um país encerrado sobre si próprio e onde o conteúdo mediático estava sujeito a uma rigorosa censura que contrariava a abertura de horizontes tendencialmente proporcionada pelos *media*. É, pois, na interceção entre as práticas de receção mediática e um duplo sistema de opressão sobre as mulheres – o regime censório e o sistema patriarcal – que podemos vislumbrar as formas como esse mesmo sistema se articulava com a vida quotidiana.

Assim, procuramos abordar, em primeiro lugar, a censura do Estado Novo para além do aspeto institucional e dos seus efeitos no conteúdo dos *media*, passando a olhá-la pelo prisma do quotidiano das mulheres e da receção mediática.

Em segundo lugar, propomo-nos encarar a censura como um fenómeno mais vasto do que a interdição de ideias e expressões políticas ou de objetos artísticos, passando a tomar também em consideração todo um regime de práticas hegemónicas que consistem em desaprovações e reprimendas socialmente reiteradas com que se exerce o poder social com vista a disciplinar consciências e atitudes. Propomo-nos, assim, explorar a censura do lado da receção, referindo-nos, com essa ideia, aos atos de autocensura presentes no quotidiano e ao conjunto de práticas com que os indivíduos se vigiam e censuram entre si sob uma ordem hegemónica.

A dualidade da censura

O exercício da censura tende a produzir uma dinâmica ambivalente do lado dos que a sofrem. Esta

dinâmica traduz-se na coexistência de dois movimentos opostos: por um lado, o enraizamento de mecanismos de interiorização do proibido e de adesão às normas censórias; por outro, o afloramento de práticas com que se relativiza as normas, se amolece os contornos do interdito, se ilude a censura.

Nesta ambivalência, há uma dupla articulação da censura: com o conceito de hegemonia (Gramsci *apud* Forgacs, 1999) e com a ideia de táticas quotidianas (Certeau, 1990). Sendo a censura um ato de poder, o conceito de hegemonia permite olhar as práticas censórias para além do que é reprimido de forma programática e explícita, dando atenção ao que é interiorizado e consentido, e alargando-se aos mecanismos de autocensura e a formas censórias participadas e coletivas.

A noção de hegemonia usada por Gramsci designa a capacidade de um grupo dominante para *guiar* os dominados, não pela imposição mas pelo consentimento (Gramsci *apud* Forgacs, 1999, p. 197). Os modos de consciência dos subordinados são mobilizados para aceitarem como senso comum a visão dos dominadores,

encarando uma dada relação de subordinação não apenas como normal, mas até como a única concebível, num trabalho de limitação das estruturas de sentido (onde se alicerçam as manifestações autocensórias). A hegemonia não é, porém, um processo histórico fixo, necessitando de uma produção contínua de normas apresentadas como naturais, bem como de instituições, incluindo os media, que as disseminem com vista a produzir consenso.

Por outro lado, o quotidiano é um terreno prenhe de interstícios, onde se podem desenvolver ações características dos elementos dominados e que, sem transformarem os regimes de poder que sobre eles se exerce, procedem a uma *bricolage* de “inumeráveis e infinitesimais metamorfoses” dentro da ordem dominante, de forma a adaptá-la às suas circunstâncias e interesses (Certeau, 1990: XXXIX). Por detrás dos “sistemas de produção” constituídos pelas instituições esconde-se uma outra forma de produção levada a cabo na vida quotidiana pelos indivíduos, cujas “artes de fazer” produzem práticas só visíveis pela pesquisa académica quando esta

deixa de encará-las como um mero pano de fundo do social (*Idem, ibidem*: XXXV).

Refira-se, ainda, dois aspetos basilares no contexto do Estado Novo e da sua contemporaneidade com a implantação da rádio e da televisão.

Em primeiro lugar, se estes *media* proporcionaram um alargamento da experiência simbólica, a ditadura salazarista procurou enquadrar e limitar essas formas e experiência por meio de restrições ideológicas e de um registo constrangedor das visões do mundo. O regime de Salazar investiu a sua essência anti moderna e anti-individualista no modelo ideológico de “fada do lar” e dedicou-se a prescrever papéis bem circunscritos para a mulher dentro e fora do núcleo doméstico (Belo, Alão & Cabral, 1987; Cova & Costa, 2002). Sob a retórica da valorização feminina – que definia a norma de feminilidade em torno da maternidade – visava-se a mulher com severos mecanismos de controlo social. A política de doutrinação ideológica e moral incluiu, obviamente, os *media*. Por exemplo, os programas femininos da Emissora Nacional constituíam um bloco

específico cujo conteúdo indicava sempre a casa e a família como destino último da mulher.

Em segundo lugar, apesar do incremento do consumo e da publicidade nos *media* favorecerem uma cultura orientada para o prazer e a autorrealização (Putnam, 1994, p. 195), o sistema patriarcal suportado pelo Estado Novo contrapunha-lhe a ideia de contenção sensorial, de recato e de abdicção feminina. Se, sobretudo com a televisão, vai penetrando uma cultura comercial e estética centrada no indivíduo, o Estado Novo nunca deixou de combater os princípios liberais, propagando um modelo de família ‘naturalmente’ hierárquica, verdadeira instituição de domesticação da mulher. Com os anos 60 a divergirem do modelo tradicional, a televisão terá favorecido uma abertura nas representações do feminino e um processo de re-imaginação também do lado das recetoras (Monteiro e Policarpo, 2011). Mas, nem essas imagens deixaram de ser triadas pela censura, nem desapareceu subitamente o contexto patriarcal que as recebia do lado da receção.

Memória e método

Se um sistema hegemónico tem como matriz um conjunto de mecanismos disciplinadores – ao mesmo tempo de vigilância e de consentimento –, o que procuramos apreender nesta pesquisa é como as mulheres articulavam a receção dos *media* com os interditos sociais e as prescrições normativas de género, mantendo como hipóteses tanto a performance contínua de microcensuras como a prática de subversões a uma tal disciplina no quotidiano.

Para isso, adotamos um olhar sobre os contextos de receção mediática como um conjunto de práticas mnemónicas, tendo em conta que a natureza substantiva da memória enfatiza a sua construção e reprodução por processos sociais práticos (Olick & Robbins 1998; Keightley & Pickering, 2012).

Acerca da investigação sobre *media* e memória, Bourdon (2003) argumenta que “o melhor é começar pelo processo de receção, pelos agentes sociais, em vez de partir dos textos” e defende que isso pode ser feito através de “histórias de vida”. É com esta metodologia que pretendemos incluir os atos de receção mediática na vida

quotidiana das mulheres de uma forma que permita analisar, não apenas como os modos de elas se relacionarem com os *media* se enraízam em circunstâncias e relações de forças específicas, mas também como o relato dessas memórias mediáticas, enquadrado por uma narrativa de vida, configura – e constrói reflexivamente – uma identidade de género situada no tempo e mergulhada em estruturas ideológicas e relações de poder.

A investigação feita nestes moldes é relativamente escassa. Para além dos trabalhos de Stacey (1994), Kuhn (2002) ou Keightley (2011), pouca pesquisa documenta a memória mediática quotidiana das mulheres. Mas não poderemos ignorar como a própria memória é estruturada e limitada por variáveis sociais como o género e pelas correspondentes estruturas e relações de poder, nem esquecer as forças materiais e ideológicas que influenciam o processo da receção dos *media*. Por outro lado, a experiência da memória de género não é unitária, nem ocorre de forma previsível, dado que outras diferentes afiliações e identificações sociais, como a classe, a etnia e a idade podem ser postas em jogo nos

atos de consumir rádio ou televisão, em diferentes momentos temporais (Keightley, 2011).

No nosso caso, a seleção das participantes privilegiou a classe social de origem (‘classe popular’ e ‘classe média’) e os testemunhos que apresentamos baseiam-se em entrevistas biográficas recolhidas junto de 18 mulheres de Lisboa e da Covilhã, nascidas nas décadas de 1930 e 40.¹ O trabalho de campo, inserido numa pesquisa mais vasta que envolveu a recolha de 60 biografias femininas², foi realizado entre setembro de 2012 e julho de 2013, tendo cada participante sido submetida a duas entrevistas semiestruturadas levadas a cabo nas suas residências ou em espaços associativos por si frequentados: a primeira entrevista incentivou um relato biográfico (focado em tópicos como o espaço doméstico, as relações familiares, o trabalho, os espaços

1 Neste texto, não comparamos as classes sociais e os meios urbanos, procurando antes uma perspetiva geral acerca dos aspetos mais significativos da receção sob um prisma de género.

2 Dentro do projeto “Media, Receção e Memória”, financiado pela FCT e pelo FEDER, através do Programa COMPETE.

públicos, as aspirações – nas várias fases da vida); a segunda orientou-se para a recepção mediática ao longo da biografia (tentando localizar os usos da rádio e da televisão e a apropriação dos seus materiais simbólicos em relação com os lugares, os eventos e as interações sociais descritos na primeira entrevista).

Este método pode ser filiado no campo da história oral das mulheres (Armitage e Gluck, 2008), onde se articula história e memória, mas distancia-se daquela epistemologia feminista que questiona a autoridade dos investigadores para interpretar os relatos sem participação das biografadas; neste caso, permitimo-nos procurar padrões femininos de experiência e discurso, exclusivamente na posição de condutores de uma pesquisa. Para isso, transcrevemos as entrevistas e codificámo-las numa série de categorias destinadas a examinar as articulações do género com a experiência mediática ao longo do Estado Novo. Desse conjunto, a categoria a que chamámos “proibições e imposições”, quando cruzada com as categorias definidas como “usos e apropriações dos *media*”, deu origem

a um corpo de dados que suscitaram o recurso ao conceito de censura e o seu desdobramento nas várias dimensões que aqui expomos.

A análise das práticas mnemónicas sobre a recepção feminina de rádio e televisão será dividida em três níveis: censura política, censura social e censura simbólica. Pela primeira entendemos aquilo que envolve a repressão ou o silenciamento de temas e instituições explicitamente políticos do lado da recepção. Pela segunda entendemos o conjunto de interditos, repressões e vigilâncias normativas sobre práticas e interações sociais que a audiência leva a cabo em articulação com a própria recepção. Entendemos, por fim, a censura simbólica como o recurso da audiência a conteúdos mediáticos com que ela própria produz significações que se dedicam a censurar e desaprovar atos ou figuras presentes no plano da representação simbólica.

Censura política na recepção

Num texto intitulado “Do outro lado do Estado Novo”, Maria Helena Carvalho dos Santos convoca memórias pessoais da infância na década

de 1940, recordando a sensação “de pertencer a um grupo que tinha de se esconder, que devia ouvir, mas não falar, que devia adivinhar que existiam coisas perigosas” (Santos, 1987). A censura não afeta a recepção política apenas pela repressão de conteúdos. Opera também um trabalho que resulta na criação de disposições quer para o silêncio quer para a naturalização do desinteresse e da incompreensão, que na nossa pesquisa surgem como evocação de práticas interiorizadas de calar, de não saber e de não ousar compreender. A memória das entrevistadas, mediada por quatro décadas de democracia, lança uma luz atual sobre a surdez e a mudez políticas que eram as suas próprias e as de largos setores da audiência, e só essa mediação terá desnaturalizado a abstenção da política, politizando hoje a memória do silêncio e permitindo-lhes avaliar retrospectivamente quão interiorizada era a condição de não cidadania. Mas, como nenhum sistema hegemónico é absoluto, também se desenvolviam táticas ‘resistentes’ de recepção.

A polícia andava na rua à paisana e depois metiam-se nos patins

das casas (...). Lembro-me que [as pessoas] punham um copo com água em cima do rádio para a polícia não ouvir cá fora, que era para ouvirem os comunistas a falarem e, pronto, a dizerem mal do governo. (...) A estação era «Rádio Moscovo não fala verdade» (...) Havia pessoas que pertenciam à PIDE, e essas pessoas é que depois diziam que naquela casa estavam a ouvir esse rádio. Ninguém podia ouvir esse rádio. Por isso é que eles punham o copo com água, que era para não ouvirem. Quer dizer, aquilo era um som que só as próprias pessoas lá em casa é que ouviam. (Ilda, Covilhã).

Havia aquela rádio [Portugal Livre], àquela hora, toda a gente que podia ouvia, porque havia casas em que não se podia ouvir. Nós ouvíamos aqui na minha, na rua do Prior, porque eu tenho três janelas para as traseiras e depois é tudo quintais. Então o meu marido arranjou uma antena, as janelas tinham frestas, e então punha a antena agarrada à fresta do meio, ao bloco do meio, e era assim que

a gente conseguia ouvir, mas só à noite com a luz apagada e tudo. (Maria Emília, Lisboa)³

Nas brechas da censura institucional emergem engenhos e ‘técnicas’ bizarras, tendencialmente lideradas por homens, para furarem o cerco e iludirem o sistema de vigilâncias. No caso da rádio, o lar constitui o refúgio onde alguns desenvolvem práticas de receção nitidamente políticas, na procura de informação alternativa, mas trata-se de um refúgio não totalmente seguro. Ilda alude à disseminação da vigilância que o salazarismo montou entre a população, transformando vizinhos em informadores da polícia política. A extensão do sistema de denúncias e delações, reticularmente presente no seio das audiências, constituía uma pedra angular no processo de interiorização da censura por parte de cada indivíduo, desenvolvendo um conjunto de auto inibições, mas ao mesmo tempo também estimulando a invenção de “artes” quotidianas para escutar estações de rádio clandestinas.

³ Os nomes usados são pseudónimos definidos no âmbito da pesquisa.

Censura social e usos dos *media*

Além do explicitamente político, pretendemos examinar os mecanismos de censura que funcionam em relação ao género não só através da interdição, mas também através de mecanismos reiterados de reprimenda e de desaprovação que contam com uma certa adesão das mulheres, colaborantes num processo de hegemonia moral e ideológica que as leva a interiorizar como seu o que na verdade são mecanismos da sua subordinação.

A dominação masculina é colocada por Bourdieu no reino da “ordem das coisas”, dos “princípios de visão e divisão” (de um mundo estruturalmente sexuado) que se tornam “disposições práticas” incorporadas nos atores sociais (Bourdieu, 1999, p. 7-8) e que lhes limitam as possibilidades de pensamento e ação. É a assunção pelos subordinados de categorias de apreensão e de ação construídas do ponto de vista dos dominantes que leva os próprios dominados – incorporando-as profundamente (no sentido de disposições do próprio corpo, não consciencializadas) – a aplicá-las fazendo-as parecer inteiramente naturais. Entre

estes processos encontra-se a naturalização de linhas divisoras entre o que é masculino e o que é feminino, um traçar no chão de fronteiras entre os géneros (Bourdieu, 1999).

As práticas associadas à receção mediática também se desenvolvem dentro de um sistema de disposições incorporadas em termos de género. Por isso, têm que ser entendidas em articulação com alguns eixos do sistema patriarcal, particularmente com o trabalho doméstico, a questão do corpo, e a dualidade entre espaço público e privado.

Espaços não-domésticos

Uma dimensão longamente embebida em mecanismos de censura social é a do território e a sua divisão em espaço público e privado, fazendo do “confinamento espacial (...) um dos meios mais óbvios através dos quais a vida das mulheres tem sido circunscrita” (Reus e Usandizaga, 2008: 19). Não obstante, tem-se detetado como, em contextos históricos patriarcais, as mulheres encontraram brechas e caminhos oblíquos para a subversão da dualidade constituída pelo

constrangimento doméstico da feminilidade e o mundo público da masculinidade (Idem, *ibidem*). No estado Novo, essas subversões da norma presupunham, no entanto, táticas a que as mulheres tinham que recorrer para deixar a esfera doméstica sem sofrer a censura social. Muitas entrevistadas dão conta de como essa legitimação era difícil de alcançar:

[Aos ensaios do rancho] eu ia com a minha irmã para a guardar, e as outras duas que andavam aqui no Oriental guardavam-se uma à outra. (...) Mas depois era um lavarinto, porque os meus irmãos, os mais velhos, não queriam que elas andassem no rancho. (...) antigamente era assim. Os irmãos, os mais velhos tinham a mania que mandavam nas irmãs mais novas. (...) Eu, se saísse com o meu marido [quando namoravam] para ir a casa da irmã lá abaixo ao [Bairro do] Rodrigo, eu tinha que levar um sobrinho meu a acompanhar-me. Era um tabu muito grande. Não se podia entrar num carro. Às vezes podia haver uma pessoa, um colega que desse uma boleia... Oh,

já estava! Já estava tudo perdido.
(Ilda, Covilhã)

Existia, portanto, um sistema de territórios e uma rede de vigilância preventiva, numa espécie de censura prévia sobre as práticas do social. E é face a este sistema territorial extremamente marcado pelo género que a emergência da rádio nas décadas de 30 e 40, e da televisão nos anos 50 e 60, vem impulsionar uma certa frequência de espaços não-domésticos e algumas formas de receção coletiva face à dificuldade de as famílias adquirirem os seus próprios aparelhos. É claro que a receção mediática fora de casa não desfez o sistema de territórios e vigilâncias, mas proporcionou novas circunstâncias e matizes.

As memórias dessa receção possibilitam-nos apreciar as práticas em torno dos *media* a partir do sentido nelas investido pelos sujeitos. Todas as ações empreendidas pelos indivíduos com os *media* são “práticas significantes” e, dessa forma, a introdução de novos *media* no quotidiano vem inscrever-se num sistema de significações em que a dimensão de género também está presente. Concentramo-

-nos, para já, nas memórias que dão conta das circunstâncias concretas da receção e das relações entre os membros da audiência. É essa dimensão – mais do que a significação dos textos – que dá a ver a relação dos géneros com os espaços sociais e as suas práticas.

Havia sociedades ao domingo, ou assim. Havia bailes... Eu acho que era mais os homens que andavam assim, mais a rapaziada. Os homens é que iam jogar às cartas, iam ouvir aqueles radiozinhos. (Aida, Lisboa)

O meu pai ia ver a televisão, a guerra do Vietname e tudo mais, antigamente – eu ainda lá em casa –, mas no café. Às mulheres era proibido entrarem lá. (Joana, Covilhã)

Naquela altura [as mulheres] sentavam-se muito às portas a conversar umas com as outras. Ou umas a fazer... Olhe, umas a cattare os filhos, outras a comerem caracóis... (...) Então à tardinha, era o ponto de encontro, era assim,

sentadinhas. Ao domingo, as raparigas vestiam-se muito benzinho, passava um homem com umas cangalhas com tremoços, outras com pevides, outras com amendoins, e elas compravam e sentavam-se à porta [onde escutavam rádio]. (Miquelina, Lisboa)

Os *media* são inseridos nas concessões do legítimo e do ilegítimo consoante os espaços e os tempos, ficando a receção feminina condicionada pelo que as próprias mulheres interiorizavam como circunstâncias proibidas (os espaços não-domésticos frequentados por homens) ou como permitidas (a escuta coletiva de rádio à porta de casa durante o dia).

Neste contexto, o que se verifica com a receção feminina quando surge a televisão é a criação de circunstâncias para uma certa evasão do espaço doméstico, capazes de neutralizar a desaprovação e diluir as linhas de marcação instauradas pela censura social. Essas circunstâncias apresentam variantes: a formação de espaços e tempos sexualizados e mais ou menos separados no interior das instituições; a ação coletiva em

momentos excepcionais; o desenvolver de práticas de mutualidade feminina que as autorizam a deixar o lar em horas habitualmente reprovadas.

[Na associação] A sala era separada. A televisão era de um lado e depois o bar era... Quem queria ir ao bar, ia, quem não queria sentava-se logo ali e via. (E a senhora costumava ir ao bar?) A gente tinha pouco o hábito de ir ao café. Naquela altura... Não, era mais os homens. Senhoras era muito raro. Era, antigamente a gente não ia. (Mesmo ali com a televisão ao lado, era só os homens que iam?) Não, era muito raro a gente ir. Íamos mais só para ver assim essas coisas. De resto, não tínhamos o hábito de ir ao bar. (Rute, Covilhã)

Lembro-me de ver o Papa quando veio a Fátima... Como é que se chamava? João Paulo I. Quando veio a Fátima, as tabernas eram das mulheres nesse dia. Estava tudo na taberna. (Aida, Covilhã)

A minha irmã, depois, quando começaram a aparecer as televisões, ela comprou a televisão... Era muito engraçado. Como... Não sei se foi a primeira, se foi a segunda a ter televisão [no bairro]. Sabe o que é que nós fazíamos? Depois de jantar, a garotada e mulheres casadas, íamos para casa da minha irmã. (Ilda, Covilhã)

Para serem vividos pelas mulheres, os espaços fora de casa (o clube, a taberna, a vizinhança) têm de ser adaptados de forma que o feminino deixe de ser um objeto vulnerável ao olhar e que lhe permita contornar certos interditos. Sem enfrentarem nem contestarem o sistema de normas e proibições, estes movimentos táticos inscritos na especificidade concreta do quotidiano, fazem mover um pouco as linhas de demarcação dos territórios de género, relativizando-os naquelas circunstâncias.

O espaço doméstico

As práticas culturais não são apenas ações embebidas num conjunto de normas impostas sobre mulheres e homens, mas também são instâncias

de produção de feminilidade e de masculinidade. É nessa construção dos géneros que se pode entender a rigorosa divisão de papéis entre homens e mulheres que durante o Estado Novo configurava o espaço da casa. A interdição de o homem desempenhar tarefas domésticas seria acima de tudo um interdito à aproximação de papéis, cujo mecanismo censório era precisamente o da *censura ao homem efeminado*.

As tarefas eram todas para as mulheres, não eram para os homens. E naquele tempo, se os homens fizessem essas coisas, eram maricas. E eles não queriam ser maricas! (Ilda, Covilhã)

A minha sogra, se visse o filho levantar um prato dava-lhe um fanico! (Cristina, Lisboa)

Censurado pela ordem simbólica de desempenhar qualquer trabalho doméstico, o homem tem no tempo que passa em casa um “tempo vazio”, que resta preencher com alguma forma de ocupação. A receção masculina dos *media*, que fora de casa se associa

aos espaços de convivialidade pública, articula-se pois, no espaço doméstico, com o repouso e o tempo livre.

([O seu pai] fazia alguma coisa enquanto estava a ouvir?) Não, não fazia nada. Dantes os homens não faziam nada (...) em casa. Estava, faça de conta, aqui a rádio em cima de uma mesinha, e ele sentava-se assim ao lado e punha assim a mão, e pronto, ali estava a ouvir [exemplifica o pai a ouvir, sentado de lado a uma mesa onde estava o rádio, com um cotovelo apoiado e a mão a amparar a cabeça]. (Maria, Covilhã)

Mas associar o descanso à receção mediática é mais do que uma mera prerrogativa masculina. É a não fazer nenhum trabalho doméstico que alguém se torna homem; é a sair para a taberna ou para o café após o jantar que a constituição e a afirmação de masculinidade se faz no quadro familiar das classes populares. Sentar-se na sala exclusivamente a ouvir rádio vem constituir-se não só como uma prática permitida aos homens, mas como mais um desempenho em que o

homem performatiza a sua masculinidade dentro das categorias binárias e opostas homem-mulher, marcando a diferença para com a esposa e as filhas que fazem a ‘lida da casa’.

Numa ordem patriarcal, tanto as normas que se exercem sobre a feminilidade, como as que se exercem sobre a masculinidade incluem mecanismos de censura que se abatem sobre gestos e atitudes de ambos os sexos, mas isso não equivale a dizer que o masculino e o feminino são lugares simétricos de constrangimento social.

Para as mulheres, a receção de rádio ou televisão no Estado Novo vem articular-se com a *censura interiorizada à dona de casa desmazelada*. Para além da dimensão de poder que sustenta a desigualdade no trabalho doméstico, está presente uma percepção da desaprovação social que para algumas mulheres (sobretudo as de classes populares) representaria dedicar tempo doméstico ao lazer. Se a masculinidade era constrangida ao ócio em casa, a feminilidade era, pelo contrário, coagida a um desempenho contínuo do papel de dona de casa:

Bordava, cosia meias, aprendi a fazer meias com cinco agulhas, fazíamos tudo, tudo, tudo. Camisinhas de dormir e tudo. (...) Que antigamente não havia como há hoje. (...) À noite, quando a telefonia dava uma coisa para as pessoas rirem, não distraía os dedos, nem os olhos do que estávamos a fazer. (Maria Emília, Lisboa)

A gente nunca se sentava a ouvir rádio. Não é como hoje a gente sentar-se a ver a televisão. Não. (...) As pessoas andavam a fazer a vida e o rádio a tocar e ouvia-se. (Maria, Covilhã)

O serão passou a ser telejornais... mais ou menos, porque os homens interessavam-se muito por isso, não é, enquanto as mulheres arrumavam a cozinha. Depois as mulheres sentavam-se um bocadinho. (Miquelina, Lisboa)

Mas também no quotidiano doméstico vão emergindo ocasiões para uma negociação de práticas, de papéis e de territórios que não serão alheios a uma gradual transformação dos

géneros. Assentes sobre mecanismos de censura, interditos e reprimendas – e sem combater, ou sequer refletir, sobre os seus fundamentos –, surgem práticas concretas que os amortecem, interrompem ou superam parcialmente. A audição de alguns géneros musicais, mesmo sob a censura de pais ou maridos, não deixa de ser levada a cabo e surge associada ao prazer lúdico, à compensação de restrições, ou a desejos de expressividade e autorrealização.

(Quando queria ouvir a sua música, ele não a queria deixar?) Ah, pois não, isso não... (...) Não gostava. Não gostava porque ele dizia: «És mesmo uma palhaça! Andas sempre aí...». «Oh, então o que é que queres? Eu não tenho mais que fazer, não me divirto em lado nenhum, eu não saio... Olha, ao menos deixa-me andar.» Ali mesmo em casa, não... ninguém estava triste. (Amélia, Covilhã)

O meu padrinho tinha uma pequena biblioteca e havia uma parte em que nós não podíamos tocar. (...) Mas havia só restrições na

leitura, na rádio não. (...) Estava na sala, e ele não punha qualquer limitação. A não ser, quando ele queria ouvir, ninguém mais podia ouvir. (...) Eu tinha uma prima muito dotada para o canto, mas o meu padrinho não deixou que ela aprendesse canto porque era uma carreira imprópria para uma menina decente. A carreira de uma menina decente era casar (...) Como ela gostava muito de cantar, e cantava muito bem, ela ligava a rádio, quer dizer, quando o pai não estava, para ouvir canções que nós gostávamos muito de ouvir, a minha madrinha, eu e as minhas outras primas. (Cristina, Lisboa)

No interior de uma norma de abdicção feminina, em que a mulher era compelida a existir em função de outros, a música radiofónica pode ser acompanhada por ditames de reprovação moral, mas também permite instalar tempos de fruição própria, mais ou menos intersticiais ou negociados consoante as circunstâncias do quotidiano.

Mas o principal objeto do sistema de vigilâncias e desaprovações a que vimos chamando censura social era o corpo feminino. Fora do espaço doméstico, vimos existir um conjunto de interdições que se entrelaçam com os lazeres – bailes, marchas, idas a associações de bairro, missa – e nesse contexto multifacetado constituiu-se um complexo sistema de práticas que, sendo fortemente opressor, não é contudo uniforme nem totalitário, mas que, mais uma vez, se caracteriza pela coexistência de disposições hegemónicas e de “táticas” anti disciplinares nos detalhes do quotidiano (Certeau, 1990).

Neste âmbito, a publicidade comercial a cosméticos e produtos de beleza nos *media* fornece um ponto de articulação de intrincadas formas de gerir o corpo, os espaços de visibilidade e as relações com o poder masculino. A propósito desses anúncios publicitários, Ilda articula memórias do que hoje identifica como “tabus” ditados quer pelos maridos quer por mulheres mais velhas, autênticas formas de censura sobre as aparições do corpo feminino em público; mas também rememora o acesso a

cosméticos de contrabando e as idas à missa como ocasiões de “ vaidade”, em que a impossibilidade de ir à igreja de rosto descoberto se transmutava numa exibição dos véus mais belos.

A gente não podíamos pintar os olhos, que ficava mal. Era um tabu muito grande. Nem unhas, nem lábios, nem nada. Eu só depois de casada é que comecei assim a pintar os lábios, porque antigamente era o tal tabu e esta coisa das mais velhas quererem mandar nas mais novas. (Ilda, Covilhã)

O mais relevante acerca da censura social que no Estado Novo se exercia sobre o corpo feminino seriam as nuances da exposição, o trabalho de ocultação e apresentação, trabalho sobre o visível e a sua ambiguidade no seio de uma economia simbólica que coloca a mulher como objeto do olhar masculino e elemento axial do seu status, mas que as mulheres procuram *bricolar* no quotidiano e onde a publicidade a produtos de beleza nos *media* vai promovendo novos patamares de trabalho simbólico da apresentação de um certo feminino.

Exercícios da censura simbólica

Uma parte das ‘mensagens’ veiculadas pelos *media* do Estado Novo transportavam, no plano simbólico, uma carga censória em relação a um conjunto de comportamentos, nomeadamente em relação a modelos de feminilidade que se queria proscritos da sociedade portuguesa. Os programas mais populares seriam um veículo privilegiado para apontar as personagens femininas negativas (ou traços negativos eventualmente redimíveis). Um género mediático adequado à exposição diária desses defeitos de feminilidade era a novela por episódios, capaz de oferecer à audiência uma ocasião quotidiana para exercitar reiteradamente a sua desaprovação simbólica.

O maior fenómeno de popularidade mediática na década de 1950 em Portugal terá sido precisamente um folhetim radiofónico, “A Força do Destino”, difundido em 1955 e reapropriado pelas audiências como “a coxinha do Tide”.

A minha mãe não era muito de ouvir folhetins, coitadinha, ela tinha sempre muito trabalho connosco

e estar ao tanque a lavar, estar a fazer um alguidar com lixívia, outro alguidar para passar a roupa... E então ela não ouvia, mas eu, às vezes, como era pequena, ia para a varanda, estava um bocadinho na varanda, e ouvia as senhoras falar, “vai começar o Tide, vai começar”. (...) Até ouvia a música quando começava a dar o folhetim, e ouvia as vizinhas “ai, vai começar o Tide, vai começar o Tide”! (Manuela, Lisboa)

Nessa altura havia o rádio-teatro, que era a Coxinha... Aquilo dava sempre às duas e meia, e depois as pessoas, ainda me lembro ali no bairro, elas: porque assim, porque a Coxinha, porque este, casa com aquele, ou não casa (...) Aquilo era uma loucura! (...) E depois o outro apaixonou-se, a outra era má, não queria que ele fosse prá Coxinha. Era assim, essas coisas, esses enredos. (Irene, Lisboa)

A narrativa desta novela radiofónica, transmitida em cerca de 300 episódios de 15 minutos diários pela Rádio Graça e pelo Rádio Clube Português,

assentava precisamente no confronto de dois polos de feminilidade, a má e a boazinha. O enredo associava à personagem negativa, e à perfídia das suas ações, uma mulher egoísta, ambiciosa, amante de luxos e que abdica de ter filhos, por contraposição à personagem positiva, mulher discreta, humilde e estoica (a “coxinha”) que se aproxima de um arquétipo de “gata borralheira” e no final, mas apenas por um golpe do destino, é recompensada com o casamento merecido (Vilar, 2008).

A narrativa proporciona terreno à desaprovação reiterada e a força da censura simbólica sobre a personagem negativa parece ter sido coletivamente exercitada, de forma que a atriz chegou a ter de fugir de um grupo de mulheres ameaçadoras (*Idem, ibidem*: 119). O processo continuado de desaprovação partilhada, principalmente entre as audiências femininas, aponta para o papel da censura simbólica como mecanismo fixador de sentidos da feminilidade, como marcador estigmatizante de determinados traços sociais censurados à mulher, e concomitantemente, como contribuindo também para a fixação de um modelo de boa feminilidade.

Perante o caráter flutuante da geração de significados, o sistema de censuras e prescrições ativo em torno dos papéis de género no Estado Novo pode ser visto precisamente como um complexo mecanismo cultural de fixação de sentidos, uma “tecnologia” de fazer géneros (Lauretis, 1987). O fornecer de formas simbólicas pelos media regularmente consumidas nas próprias casas introduz uma dimensão ritual nas performances de género, na significação e na confirmação do que é o feminino. A memória de outra novela por episódios faz emergir esse caráter de performance de género no seio de uma família:

Lembro-me de uma [radionovela] que era de uma cigana. (...) Lembro-me da minha sogra, nós estarmos a comer, e a minha sogra, entre a porta da cozinha e da salita, com o aventalito, a chorar. E a ouvir aquilo. E o meu sogro dizia assim: «Já te vou buscar o lençol da cama.» E ela, então, ainda chorava mais [ri]. (...) Era uma história de uma cigana que tinha sido roubada aos pais, portanto, em bebé, em pequenita,

foi roubada aos pais, e depois ela andava a pedir para os ciganos, e lembro-me que se ouvia o chiar da carroça, eles a falarem como os ciganos, a miúda a chorar porque não queria ir para onde eles às vezes a mandavam. Lembro-me disso. E a minha sogra a ouvir. Palavra de honra, eu lembro-me que às vezes o meu sogro dizia: «Se não chega o avental, eu vou-te buscar um lençol». (Aida, Covilhã)

A radionovela é aqui recordada como prática de receção dual no seio da família. Nela se sublinha a emotividade feminina, a instável fraqueza do “sexo fraco”, mas, ao mesmo tempo, se lhe dá ocasião para ser praticada, para ser objeto de uma performance ritualizada. A própria narrativa da novela apela ao coração da feminilidade fixada como dominante: a estória em que se oferece à audiência feminina uma posição de rutura com os laços da maternidade, através do rapto de uma criança por um grupo estigmatizado e a sua errância pelo mundo, em carroças a chiar, sem lar, nem Deus, nem pátria, nem família.

Mas a ambivalência, deste exemplo reside precisamente na sua vertente de censura. Ao mesmo tempo que sublinha a “natureza sentimental” do ser feminino, o olhar masculino é encarregado de transportar uma carga censória, *ao mesmo tempo um reconhecimento e uma crítica*, um ato de fala que de uma só vez incentiva e deprecia, que sanciona e legitima a performance da emoção feminina, mas vinca o seu estatuto diferente numa ordem social dirigida pelo autodomínio e pela razão performatizados pelo masculino.

Conclusão

A atenção que damos a práticas censórias geradas no seio da própria audiência está longe de proporcionar um alibi à censura do aparelho de Estado salazarista e à sua ação constante e efetivamente repressiva, assim como se afasta de uma visão ‘colaboracionista’ que iluda o facto de a autocensura e a vigilância ‘popular’ também serem elas próprias, pelo menos em parte, resultado da arquitetura censória oficial, com a sua disseminação de informadores

e as suas penetrações nos territórios do social e do moral, que “inculcava uma visão do mundo e da vida filtrada pelos olhos e ouvidos dos censores” (Cabrera, 2013: 9).

Não se trata tão pouco de ensaiar uma abordagem “populista”, tendente a celebrar o poder que existiria do lado das audiências e os modos de receção “resistentes” e sagazes face à censura. Trata-se, antes, de tentar perceber determinadas práticas de inibição e condenação, ligadas ao género e à receção mediática, que coexistiriam com a censura e a repressão oficiais da ditadura e com a repressão e que, mais do que dispensá-la, a complementariam.

A nossa revisitação da ditadura dá a ver como os modos de receção da rádio e da televisão configuravam uma adaptação dos então novos *media* a regimes censórios profundamente interiorizados no que respeita aos papéis de género. Vimos como no âmbito da receção mediática as censuras patriarcais de cariz social e simbólico desempenharam um papel de significação e fixação de normas, cujo mecanismo fundamental era o da reiteração quotidiana e naturalizada.

Um regime ‘preventivo’ contra a subversão dos papéis e a flexibilização das fronteiras de género emerge nas memórias de uma receção sexualmente inscrita nos tempos domésticos ou nos espaços públicos, assim como na repressão simbólica de feminilidades desenquadradas da ordem hegemónica, mau grado as táticas de negociação que vão despontando também nas circunstâncias do quotidiano.

Este vislumbre das práticas de receção permite-nos ver como a articulação dos *media* com as práticas quotidianas configura formas de “censura baseada no género” cujo entendimento é importante para a história das mulheres e, assim, para a sua identidade e emancipação.

BIBLIOGRAFIA

- Armitage, S. H. e Gluck, S. B. (2008). Reflections on woman’s oral history: An exchange. In R. Perks & A. Thomson *The Oral History Reader*. London: Routledge, 73-82.
- Azevedo, C. (1999). *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho.
- Belo, M, Alão, A. P. & Cabral, I. N. (1987). O Estado Novo e as mulheres. In AA. VV. *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, vol. II (pp. 263-278). Lisboa: Fragmentos.
- Bourdieu, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta.
- Bourdon, J. (2003). Some Sense Time: Remembering Television. *History and Memory*, 15(2), 5-35.
- Cabrera, A. (2013). Repressão vs. expressão: censura às artes e periódicos. *Media & Jornalismo*, 12(1), 7-11.
- Cádima, R. (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Presença.
- Cova, A. & Pinto, A. C. (2002). Women under Salazar’s Dictatorship. *Portuguese Journal of Social Science*, 1(2), 129-146.
- Certeau, M. (1990). *L’invention du quotidien: 1. arts de faire*. Paris: Gallimard.
- Correia, F. & Baptista, C. (2010). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Lisboa: Caminho.
- Forgacs, D. (1999). (ed.) *A Gramsci Reader: selected writings 1916-1935*. Londres. Lawrence and Wishart.
- Keightley, E. (2011). From Dynasty to Songs of Praise: Television as

- cultural resource for gendering remembering. *European Journal of Cultural Studies*. 14(4), 395-410.
- Keightley, E. & Pickering, M. (2012). *The Mnemonic Imagination: Remembering as Creative Practice*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Kuhn, A. (2002). Memory texts and memory work: Performances of memory in and with visual media. *Memory Studies*, 3(4), 298-313.
- Lauretis, T. de (1987). *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press.
- Monteiro, T. L. e Policarpo, V. (2011). *Media e entretenimento*. In J. Matoso *História da Vida Privada: Os Nossos Dias* (pp. 308-339). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Olick, J. K. & Robbins J. (1998). From «Collective Memory» to the Historical Sociology of Mnemonic Practices. *Annual Review of Sociology*, 24, 105-40.
- Príncipe, C. (1994). *Os Segredos da Censura*. Lisboa: Caminho.
- Putnam, T. (1994). Regimes of closure: The representation of cultural process in domestic consumption. In R. Silverstone & E. Hirsch (eds.) *Consuming Technologies: Media and Information in Domestic Spaces* (pp. 195-206). Londres: Routledge.
- Reus, T. G. e Usandizaga, A. (2008). *Inside Out*. Amsterdam, New York: Rodopi.
- Santos, M. H. C. (1987). Do outro lado do Estado Novo. In AA. VV. *O Estado Novo: das origens ao fim da autarquia (1926-1959)*, vol. II. Lisboa: Fragmentos.
- Santos, R. (2005). *As Vozes da Rádio, 1924-1939*. Lisboa: Caminho.
- Stacey, J. (1994). *Star Gazing: Hollywood Cinema and Female Spectatorship*. Londres: Routledge.
- Torgal, L. R. (2009). «A radiofonia ao serviço do Estado»: Os incios da Emissora Nacional. In *Estados Novos Estado Novo*, vol. 2 (pp. 149-173). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vilar, E. (2008). A Força do Destino: o folhetim do Tide. In AA. VV. *Os Anos de Salazar, vol. 12* (pp. 111-119). Lisboa: Planeta De Agostini.